

Exmo Senhor,
Presidente do Conselho de Revisão
Da Agência de Avaliação e Acreditação do
Ensino Superior

ENSILIS – Educação e Formação Lda, entidade instituidora da Universidade Europeia (UE), recorrente no processo à margem identificado, tendo sido notificada para exercer o seu direito de pronúncia em face do Relatório da CAE, alterado na sequência da decisão desse Conselho, dirige-se a VExa nos termos seguintes:

I – DA DECISÃO DO CONSELHO DE REVISÃO

1. Em face dos vários argumentos apresentados no presente recurso, o Conselho de Revisão (CR) veio a dar provimento à invocação da recorrente no que se refere à falta de fundamentação do Relatório Final da CAE e da decisão subsequente do Conselho de Administração que naquele se suportou e, conseqüentemente, decidiu anular o procedimento a partir do Relatório Final, inclusive *“para que sejam prestados esclarecimentos e cabalmente preenchidos os evidenciados pontos, e outros reputados necessários”*.
2. Considerou o CR que *“(...) observando as duas peças processuais que estruturam aquele acto decisório, forçoso será reconhecer que ambas, no seu todo, não asseguram uma fundamentação bastante, pois, uma, não contém qualquer indicação de factos e de direito, e, outra, não aponta claramente os pressupostos fácticos concretos, fundamentadores das referências e conclusões ali produzidas, para além de ser omissa quanto a menções jurídicas que pudessem sustentar a solução adoptada.”*

II - DAS ALTERAÇÕES AO RELATÓRIO FINAL DA CAE

3. Não obstante o juízo tão contundente da parte do CR a propósito das fragilidades das peças processuais em causa, em particular o Relatório Final, que deveria ser, por excelência, o elemento agregador da fundamentação relevante, observamos que o Relatório final agora “corrigido” pela CAE apresenta escassas alterações materiais, basicamente transpondo referências das explicitações temáticas para a fundamentação final e vice-versa, como de seguida se concretiza.
 - i. Alegações que já existiam na Fundamentação final (12.4) mas não nas pequenas explicitações de evidências (3.1.4), e foram agora aí incluídas:

- *“A área de Educação Física não é expressamente necessária para nenhuma função profissional. A possibilidade de intervenção em atividades de extensão curricular ao nível do 1º ciclo do EB é indiferenciada relativamente aos titulares de diplomas em EF, contudo a possibilidade de lecionação no EB e secundário no grupo curricular de EF é carente do mestrado em EF cujo acesso possui requisitos bem estabelecidos e que não estão reunidos no presente plano de estudos.”*

e

- *“(…) os objetivos não correspondem aos descritores do perfil de saída (...). Isto é a posse de um grau académico sem possibilidade de prosseguimento de estudos na área de formação de professores, que sendo de segundo ciclo só está ao alcance daqueles que forem titulares de um grau académico de 120 ECTS em Desporto ou Educação Física.*

ii. Alegação que já existia nas pequenas explicitações (6.4) e (5.4) mas não na Fundamentação final (12.4), e foi agora aí incluída:

- 6.4 - *“A consideração de três percursos (ramo de Educação Física, ramo de Treino Desportivo, ramo de Exercício e Saúde) não tem correspondência de forma equilibrada com a atividade científica que resulta das fichas individuais do corpo docente sendo neste particular a área de Educação Física quase inexistente.*
- 5.4 – Foi retirada a expressão - *“A existência de um protocolo assinado parece oferecer garantias mínimas de realização deste projeto embora somente no curto prazo definido pelo período de vigência do protocolo”* (e)
- Foi acrescentado o seguinte excerto: *“O desenvolvimento operacional do projeto está ancorado num protocolo com uma entidade (INATEL). Facilmente se reconhecerá que um protocolo celebrado a 7 de Janeiro de 2014, vigorará por um período de três anos a partir de 1 de Setembro de 2014 e prevê a renovação por uma única vez por igual período, apenas permitirá a execução completa de duas gerações de licenciados. Será necessário verificar a possibilidade de continuidade do mesmo e/ou as condições de funcionamento do curso na sua ausência no final daquele período”.*
- É renumerado o nº 4 do ponto 12.4, que estava repetido, passa a 4 onde se introduz uma menção final – *“É necessário verificar da manutenção do protocolo das instalações desportivas, apenas válido por um período de 3 anos e renovável pelo mesmo tempo, para se garantir a adequação de espaços compatíveis com as exigências formativas do curso.”*

iii. Alteração da resposta no tópico *“Descrição e fundamentação de outros recursos humanos e materiais (ponto 5)”*:

- Anteriormente disseram que o ciclo de estudos não dispunha das instalações físicas necessárias ao cumprimento dos objetivos. Agora dizem que dispõe *“em parte”*.

III – RESPOSTA DA UNIVERSIDADE EUROPEIA

4. A UE teve e tem dificuldade em compreender os fundamentos da decisão, sobretudo tendo em conta que algumas das referências que permanecem no Relatório Final e que já existiam na versão não “corrigida” parecem fazer “tábua rasa” do que foi exposto e adicionado em fase de audiência prévia, nomeadamente no que se refere ao corpo docente.
5. No entanto, atendendo a que a decisão do Conselho de Administração impõe condições consideradas aceitáveis e suscetíveis de ser cumpridas e demonstradas nos prazos previstos, com exceção da não acreditação do ramo de Educação Física, que mais do que uma condição tem como significado material a não acreditação de todo o ciclo de estudos, ficar-nos-emos nesta pronúncia em particular aos argumentos esgrimidos pela CAE a esse propósito.
6. É, aliás, a não acreditação do ramo de Educação Física, o mais relevante ponto de discórdia entre a Instituição de Ensino e a CAE, o que cremos se ficará eventualmente a dever também a alguma menos eficaz e até incorreta comunicação, de parte a parte, que nesta sede, no que à Instituição diz respeito, procuraremos colmatar.

A - ECTS do ramo “Educação Física”

7. Em resposta às objeções enunciadas no ponto 3.i) *supra*, citando o referido nos pontos 12.4 e 3.1.4 do Relatório Final alterado, a UE reconhece a existência de um erro dos serviços administrativos na construção da estrutura curricular do ramo de Educação Física, que se deve ao facto das UCs de Pedagogia (referimo-nos, em particular, às UCs “Pedagogia I”, “Pedagogia II” e “Pedagogia III”) estarem classificadas na área das Ciências da Educação e não em Desporto, opção que a análise dos objetivos de aprendizagem e dos conteúdos programáticos das UCs recomendaria.
8. Acresce que é comum e corrente nos CE nesta área científica em Portugal estas UCs serem classificadas em Desporto. Deste modo e corrigindo o erro de classificação das 3 UCs acima indicadas, a estrutura curricular da área da Educação Física apresenta a seguinte distribuição de ECTS por área científica:

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	ECTS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Desporto	D	111	12
Desenvolvimento Pessoal	DP	21	0
Biologia e Bioquímica	BB	9	0
Estatística	E	6	0
Línguas Estrangeiras	LE	6	0
Psicologia	P	6	0

Ciências da Educação	CE	3	0
Gestão e Administração	GA	3	0
Informática	Inf	3	0
TOTAL		168	12

Tabela 1 – Estrutura curricula do ramo “Educação Física

9. Como se pode comprovar, os estudantes realizarão 111 ECTS obrigatórios na área “Desporto”, a que acresce os 12 ECTS que farão na UC “Modalidade de Opção” (3.º ano da licenciatura). Assim, a área “Desporto” absorve 123 ECTS dos 180 que o Ciclo de Estudos detém, cumprindo-se o requisito legal dos 120 ECTS assinalado pela CAE. As estruturas curriculares e planos de estudos devidamente corrigidos encontram-se em anexo ao presente documento.

B - Continuidade de estudos/exercício da profissão em Educação Física

10. Ainda no que se refere às referências ao ponto 12.4 e 3.1.4 citadas no ponto 3. i) da presente exposição, esclarece-se que os diplomados em Educação Física podem exercer as seguintes atividades profissionais ou prosseguir para as seguintes formações de 2.º ciclo:
- Intervenção em atividades de extensão curricular ao nível do 1º ciclo do EB;
 - Intervenção em atividades de prescrição, avaliação, condução e orientação de programas e atividades na área do *fitness*;
 - Intervenção nos processos de treino e orientação competitiva de praticantes em modalidades desportivas nas etapas iniciais de formação desportiva;
 - Frequência de mestrados na área de Exercício e Saúde;
 - Frequência de mestrados na área do Treino Desportivo.
11. A correção da estrutura curricular que se esclareceu no ponto anterior irá facultar aos diplomados em Educação Física a possibilidade de se candidatarem à realização de mestrados em Educação Física, que os capacita para lecionar no Ensino Básico e Secundário no grupo curricular de Educação Física.
12. Com este esclarecimento e correção cremos responder integralmente às alegações da CAE explicitadas no ponto 3. i) *supra*, com que esta entidade fundamentou a proposta de não acreditação do ramo de Educação Física.
13. No entanto, não podemos deixar de assinalar que, ainda que a licenciatura em Ciências do Desporto e da Atividade Física, no ramo de Educação Física, não permitisse nenhuma das atividades acima enunciadas, tal não deveria ser impeditivo de acreditação. Veja-se, por exemplo, as licenciaturas em Filosofia, Ciência Política, Português, já para não falar da Física e da Química e de todas as licenciaturas direcionadas para a investigação, que também não são expressamente necessárias para uma profissão em concreto e não deixam por isso de ser essenciais, particularmente no contexto do ensino universitário, como é o caso.

C - Ligação dos docentes à área de Educação Física

14. No que se refere ao alegado pela CAE e explicitado no ponto 3. ii) sobre a adequação do corpo docente, salientamos que a atividade dos docentes adstritos a este ciclo de estudos, na área da Educação Física *tem correspondência de forma equilibrada com a atividade científica que resulta das fichas individuais do corpo docente*, o que se pode demonstrar com as seguintes referências:

14.1. Artigos publicados ou investigação conduzida:

- i. Gomes, M.; Avelar-Rosa, B. (2012). Martial Arts and Combat Sports in Physical Education and Sport Sciences Degrees – A comparative study of Brazil, France, Portugal and Spain. InYo – The Journal of Alternative Perspectives on the Martial Arts and Sciences, v. 12, n. 1, p. 13-28. ISSN: 1492-1669.
- ii. Avelar, B.; Figueiredo, A. (2009). La Iniciación a los Deportes de Combate – Interpretación de la Estructura del Fenómeno Lúdico Luctatorio. Revista de Artes Marciales Asiáticas, v. 4, n. 3, p. 44-57. ISSN: 1885-8643
- iii. Iannotti, R. J., Janssen, I., Haug, E., Kololo, H., Annaheim, B., Borraccino, A. & HBSC Physical Activity Focus Group (2009) .Interrelationships of adolescent physical activity, screen-based sedentary behaviour, and social and psychological health. Int J Public Health, 54 S2,191-198.
- iv. Domingues, A. P., Silva, A. M., Matos, M. G., & Calmeiro, L. (2011). Accuracy of self-reported measures of height and weight in children and adolescents. Journal of Child and Adolescent Psychology, 4, 41-51
- v. Coordenação do projecto “Validação da Velocidade crítica de nado como indicador da capacidade aeróbia em jovens” financiado pelo Instituto de Desporto de Portugal, ao abrigo do “Programa de Apoio Financeiro à Investigação no Desporto”.

14.2. Orientação de trabalhos de investigação (teses de mestrado e doutoramento):

- i. "Relação entre o insucesso escolar, imagem corporal e autoconceito em alunos do 7.º e 9.º Ano da EBS de Arcozelo”;
 - ii. “A Relação da Aptidão Física com o Sucesso Escolar em alunos do 12º ano do Curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária Emídio Garcia em Bragança”;
 - iii. “Avaliação da Aptidão e Atividade Física em Crianças de 1º e 2º ciclo do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó”;
 - iv. “A Relação da Aptidão Física com o Sucesso Escolar em alunos do 12º ano do Curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária Emídio Garcia em Bragança”;
15. Acresce, ainda, que os docentes Ana de Fátima Pereira, António Quaresma, Bruno Avelar Rosa, Eliana Carraça, Luís Calmeiro, Márcio Karas, Paulo Vieira, Pedro Esteves, Rui Biscaia tiveram vasta experiência docente e de coordenação da área de Educação Física em várias Escolas Básicas e Secundárias do nosso país, sendo de destacar as seguintes atribuições:

- i. Bruno Rosa: Formador reconhecido pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores do Ministério da Educação para as áreas de “Educação Física” (A21), “Práticas de Desporto Escolar” (C05) e “Didáticas Específicas: Educação Física e Desporto” (C18).
- ii. Paulo Vieira: Professor efectivo de Educação Física na Escola Secundária Marquês de Pombal, em regime de mobilidade na Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular para coordenação do Programa FITNESSGRAM.
- iii. Márcio Karas: Coordenador do Desporto Escolar (Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo)

D – Objetivos gerais do ciclo de estudos e respetivos ramos

- 16. Para que fiquem definitivamente esclarecidas as dúvidas evidenciadas pela CAE no que se refere aos objetivos gerais do ciclo de estudos e a justificação pela opção e diferenciação em três ramos, a Instituição de Ensino aproveita a presente exposição para os reiterar e clarificar.
- 17. Os objetivos genéricos para o ciclo de estudos “Ciências do Desporto e da Atividade Física” são os seguintes:
 - i. Mostrar familiaridade com a área e dominar os seus fundamentos, aplicáveis a contextos científicos e profissionais, em particular: Anatomia, Biomecânica, Fisiologia, Psicologia e Saúde;
 - ii. Ter uma atitude crítica em relação às estratégias de produção de conhecimento em Desporto e Atividade Física, enquanto área de fronteira entre diversos domínios;
 - iii. Resolver problemas dos indivíduos, utilizando como meio de intervenção o Desporto. Deve dominar as áreas de Aquisição de Competências Motoras, Desenvolvimento das Qualidades Físicas, Técnicas e Estratégias de Ensino, Planeamento e Avaliação, Nutrição e Prescrição de Exercício;
 - iv. Organizar, gerir e controlar os processos de treino e exercício nas modalidades da sua especialidade;
 - v. Utilizar os principais equipamentos, softwares, métodos e técnicas, ligados ao Desporto e à Atividade Física, bem como as técnicas de comunicação e persuasão adequadas aos contextos em que atua;
 - vi. Prestar serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade, de rigor científico e éticos;
 - vii. Oferecer um ciclo de estudos conforme às recentes alterações nos regimes de formação de treinadores e de profissionais de exercício e saúde, que viabilizam a possibilidade dos licenciados requererem graus de treinador (Decreto-Lei n.º 248-A/2008, Despacho n.º 5061/2010 e Lei n.º 39/2012, de 28 de Agosto) ou de diretor técnico (Lei n.º 39/2012, de 28 de Agosto);
 - viii. Permitir e incentivar o prosseguimento de estudos, numa lógica de formação ao longo da vida.
- 18. Os objetivos específicos do ramo “Exercício e Saúde”, na perspetiva dos diplomados, são os seguintes:

- i. Coordenar e supervisionar a prescrição, avaliação, condução e orientação de todos os programas e atividades, da área da manutenção da condição física (*fitness*), no âmbito do funcionamento das instalações desportivas, aos seus utentes;
 - ii. Coordenar e supervisionar a avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como propor ou implementar medidas visando a melhoria dessa qualidade;
 - iii. Elaborar um manual de operações das atividades desportivas que decorrem nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (*fitness*);
 - iv. Coordenar a produção das atividades desportivas;
 - v. Superintender tecnicamente, no âmbito do funcionamento das instalações desportivas, as atividades nelas desenvolvidas;
 - vi. Colaborar na luta contra a dopagem no desporto.
19. Os objetivos específicos do ramo “Treino Desportivo”, na perspetiva dos diplomados, são os seguintes:
- i. Conduzir o treino e fazer a orientação competitiva de praticantes da sua modalidade de especialidade nas etapas subsequentes de formação desportiva;
 - ii. Coordenar e supervisionar equipas de treinadores de grau i ou ii, sendo responsável pela implementação de planos e ordenamentos estratégicos definidos por profissionais de grau superior;
 - iii. Coordenar, de forma autónoma, as tarefas de conceção, planeamento, condução e avaliação do processo de treino e de participação competitiva;
 - iv. Coadjuvar titulares de grau superior no planeamento, condução e avaliação do treino e participação competitiva.
20. Os objetivos específicos do ramo “Educação Física” na perspetiva dos diplomados, são os seguintes:
- i. Aplicar os programas nacionais de educação física do 1º ciclo do ensino básico;
 - ii. Adquirir as competências, conhecimentos e habilidades que permitirão o desenvolvimento daquelas que serão trabalhadas nos 2ºs ciclos de Educação Física, dando acesso às habilitações para a lecionação no ensino básico e secundário;
 - iii. Atuar, a níveis de menor responsabilidade e complexidade, em contextos em treino desportivo, *fitness* ou intervenção comunitária, implementando atividades desportivas e de promoção da condição física e saúde.

E – Protocolo com o INATEL

21. A propósito do tópico relacionado com as instalações, que, na sequência da decisão do CR foi alterado pela CAE, foram introduzidas no ponto 5.4 do Relatório Final corrigido, as menções supramencionadas no ponto 3. ii) desta exposição.

22. Não obstante não nos parecer sequer equacionável que estas alusões aos prazos do protocolo fossem suficientes para fundamentar a não acreditação do ciclo de estudos ou do próprio ramo de Educação Física, sempre se dirá que ao disponibilizar um protocolo que lhe permitirá o uso de instalações por três anos prorrogável por mais três, a Instituição de Ensino está a assegurar que no prazo máximo de acreditação este critério é satisfeito.
23. Findo o prazo (de três anos) da acreditação ora proposta pelo CAE para este ciclo de estudos a Instituição de Ensino sempre terá que submeter outro pedido para o qual ainda se poderá munir do presente protocolo prorrogado. Só na terceira submissão do ciclo de estudos ao processo de acreditação é que esta questão se voltará a colocar e aí, naturalmente, a Instituição de Ensino deverá demonstrar, com recurso a outro meio adequado – que poderá passar até por ser no futuro instalações próprias – o cumprimento dos requisitos em causa.
24. Deste modo, no que se refere às instalações, considera a Instituição de Ensino que o prazo estabelecido no protocolo com a INATEL em nada afeta ou minimiza o cumprimento dos requisitos relativos às instalações a que se encontra vinculada.

IV – CONCLUSÕES

- A Universidade Europeia acredita e aposta na qualidade da sua oferta formativa e no que pode oferecer de diferenciador ao mercado do Ensino Superior em Portugal em matéria de Ciências do Desporto e, por essa razão, tem procurado ao longo deste processo ultrapassar as objeções que lhe foram sendo impostas e as críticas que foram sendo formuladas pelas entidades responsáveis pela avaliação e acreditação.
- Confiando na comunhão de objetivos entre Instituição de Ensino e A3ES, pugnando ambas pela elevação dos padrões de qualidade do Ensino Superior, a UE apresentou o presente recurso, não se conformando com uma decisão que considerou injusta e cujos fundamentos se lhe apresentavam demasiado vagos e obscuros, impedindo-a de os apreender na totalidade.
- Pese embora as reservas que lhe continua a oferecer a redação do Relatório Final corrigido, crê a UE ter conseguido com os esclarecimentos adicionais prestados nesta sede em resposta aos fundamentos ora melhor concretizados, dar satisfação integral aos requisitos necessários para acreditação integral do ciclo de estudos em causa, ou seja com a manutenção do ramo de Educação Física, que representa o ramo com maior notoriedade e tradição no mercado, sem o qual o ciclo de estudos não terá viabilidade.
- Nestes termos, se requer a VExas que, após pronúncia do Conselho de Administração, para deliberação, decida nos termos do disposto no art.º 32º, n.º 1 do Regulamento n.º 869/2010, confirmar ou revogar a deliberação que venha a ser proferida pelo citado órgão, de forma a que seja eliminada a condição de não acreditação do ramo de Educação Física, permitindo a acreditação integral do ciclo de estudos de Ciências do Desporto e da Atividade Física.